



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 28/08/2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0007974-25.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargantes: **Cobrão Despachante e Documentalista Ltda, Francisco Luciano Moreira e Maria do Carmo de Souza Moreira**
 Embargado: **Banco Itaú S/A**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Cobrão Despachante e Documentalista Ltda., Maria do Carmo de Souza Moreira e Francisco Luciano Moreira opuseram embargos à execução que, com fundamento em título executivo extrajudicial lhes move Banco Itaú S/A, dizendo que este não exibiu os extratos da movimentação bancária dos embargantes e nem os contratos celebrados entre as partes para que a extensão da dívida real pudesse ser identificada. Mantinham com o embargado um giro parcelado em 25 prestações mensais que foram renegociadas através da CCB, objeto desta execução, mas não se sabe se os juros remuneratórios foram descontados por conta da antecipada liquidação do anterior contrato. Não se sabe qual a taxa de juros ajustada para o LIS, nem sobre a extensão da dívida, juros capitalizados, renegociações consecutivas, quanto já foi pago, quadro esse que retira da CCB a liquidez, certeza e exigibilidade. Receberam do embargado apenas os extratos de 2009 e 2010. O embargado praticou o anatocismo. Através da perícia será possível identificar os excessos praticados pelo embargado. Pede a procedência dos embargos para nulificar a CCB, condenando-se o embargado ao pagamento de honorários



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

advocatícios e custas. Documentos às fls. 17/66.

O embargado ofereceu impugnação de fls. 79/104 sustentando a higidez da CCB. Os embargantes não atenderam o parágrafo 5º, do artigo 739-A, do CPC. A capitalização de juros tem previsão legal e contratual. Não cometeu abuso algum na exigência dos encargos remuneratórios e moratório. Pede a rejeição dos embargos.

Réplica às fls. 107/110. Documentos às fls. 149/195 e 214/233. Laudo pericial às fls. 236/320. Em alegações finais, os embargantes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos (fl. 342). O embargado deixou de apresentar as alegações finais.

É o relatório. Fundamento e decido.

Os embargantes sustentaram que encontraram múltiplas dificuldades criadas pelo embargado, porquanto este não lhes forneceu cópia dos anteriores contratos que as partes celebraram e nem os extratos da movimentação da conta bancária ao longo da execução dos contratos, ressaltando que tiveram acesso tão só aos extratos de 2009 e 2010. Em decorrência dessa falta de transparência do embargado, não tiveram como conferir a evolução real do débito, nem puderam identificar quais os encargos remuneratórios e moratórios que foram aplicados. Efetuaram pagamentos visando à amortização parcial do débito. Esses empecos criados pelo embargado inviabilizaram o exercício amplo da defesa dos embargantes, pois não se sabe se a evolução da dívida obedeceu aos ajustes da contratação. Óbvio que essa sustentação dos embargantes se mostra relevante e capaz de afastar o rigor da norma prevista no § 5º, do artigo 739-A, do CPC.

A CCB é título executivo extrajudicial. O Colendo Superior Tribunal de Justiça por sua 2ª Seção através do rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), fixou a seguinte tese: “Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004)” REsp 1291575/PR (2011/0055780-1), Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, j. aos 14.08.2013, DJe de 02.09.2013.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A inconstitucionalidade da Lei nº 10.931/2004 foi afastada pelo Supremo Tribunal Federal nos seguintes precedentes: ARE nº 723.521/SP, Relatora Ministra Carmen Lúcia, DJe de 29.11.2012; RE 641.299/SP, Relator Ministro Cezar Peluzo, DJe de 04.06.2012; AI nº 744.293/PR, Relatora Ministra Ellen Gracie, DJe de 24.05.2010.

O perito listou os documentos (fl. 118) que o embargado deveria exibir para a realização completa da perícia. O embargado foi intimado para essa exibição e advertido do disposto no artigo 359, caput, CPC (fls. 121, 125/126), intimação essa reiterada às fls. 144/145 e exibiu parte dos documentos (fls. 149/195), tendo o perito insistido às fls. 197/198 nos documentos faltantes. Novo ofício foi expedido ao embargado, com a mesma já referida advertência (fl. 200) e lhe foi entregue às fls. 202/203. Diante dessa omissão, este juízo determinou à fl. 206 que a perícia se realizasse à vista dos documentos constantes dos autos, muito embora incompletos segundo a perspectiva do vistor. Os embargantes trouxeram ainda as peças de fls. 214/233 comprovando que mensalmente eram debitados na conta da embargante, pessoa jurídica, os valores do "Giro Parcelado".

O laudo pericial de fls. 236/320 apresentou no item '5' de fls. 237/238 a metodologia utilizada na realização do exame pericial. Analisou a conta corrente n. 75.406-2, da agência 1735, no período de 02.02.2009 até 17.06.2011, bem como os contratos de ns. 37948049-4, 45286050-5 e 40769822-4 e, consequentemente, a CCB exequenda.

No item '8' de fl. 238, apontou que o contrato de fls. 170/175 não contém indicação da taxa de juros contratada e apurou que o embargado aplicou juros remuneratórios de 4,82236% ao mês, assim como ter havido o pagamento de 04 parcelas da dívida, cujo saldo devedor permitiu às partes a repactuação em duas oportunidades distintas, sendo que depois da primeira houve o pagamento de 03 parcelas e no curso da segunda foram pagas 05 parcelas. O perito identificou a média dos juros segundo o quanto apurado pelo Bacen, que foi de 2,16% ao mês ou 29,29% ao ano (ao tempo da contratação da operação indicada no primeiro parágrafo do item 8 de fl. 238). No aditamento desse contrato de empréstimo, o perito valeu-se da taxa média de juros identificada pelo Bacen, qual seja, 2,18% ao mês ou 29,55% ao ano e, na sequência da repactuação, identificou pelo Bacen e utilizou a taxa mensal de juros que foi de 2,03% ao mês ou 27,25% ao ano.

Quanto à operação n. 45286050-5, o vistor também apurou que no contrato de fls. 167/169 não existe taxa explícita de juros remuneratórios e usou do mesmo recurso anteriormente destacado (juros identificados pelo Bacen) e procedeu à dedução dos pagamentos parciais da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

dívida. No que diz respeito a operação n. 40769822-4 (fls. 10/17 da CCB), procedeu ao descarte dos pequenos excessos que compuseram o montante do mútuo, discriminados no item '10' de fls. 241/242

No item '7' de fl. 238, o perito enfatizou não ter sido possível analisar o contrato de desconto de cheques, no valor de R\$ 31.357,00, pois o embargado não cuidou de apresentar os descontos referentes às operações de desconto (fls. 21/29). As cópias dos contratos e extratos mostram-se essenciais ao desenvolvimento da ação, e a obrigação do banco em apresentar tais documentos é latente, por se tratar de documento comum às partes, sendo firme o entendimento da jurisprudência que reconhece a obrigação do banco de exibir documentos (STJ - AgRg no Ag 49.124-2/RS; REsp 61.166/SP; REsp 83.746/MG; REsp 245.660/SE; REsp 264.083/RS; REsp 327.723/PR; REsp 330.261/SC; AgRg no Ag 511.849/RS; REsp 473.122/MG, DJ 15.12.03; REsp 410.737/MG, DJ 02.12.02), inclusive como dever de informação e de prestação de contas ao titular da conta corrente bancária (Súmula 259, STJ), e, ainda, por aplicação do princípio da boa-fé objetiva, sem relevância o fato de eventual fornecimento anterior. Deste modo, considerando que o embargado foi advertido dos efeitos do art. 359, *caput*, do CPC, por duas vezes, e nem assim cuidou de exibir os documentos pertinentes às operações de desconto de cheques, não poderá tirar proveito de sua própria omissão. Recolherá os efeitos decorrentes do dispositivo legal referido. A iliquidez abateu-se sobre as operações do item '7' de fl. 238, pelo que excluo da execução os R\$ 31.357,00 (fls. 21/29), com reflexo no contrato nº 40769822-4.

Pelo item '9' de fls. 240/241, constata-se que a perícia apurou que o débito dos embargantes é de R\$ 77.393,24 (fl. 300). O vistor aplicou a taxa média dos juros remuneratórios fornecida pelo Bacen, em substituição à contratual que extrapolava aquela média. A sequência da análise pericial feita nos itens '8' a '10' foi crucial para identificar o débito como sendo de R\$ 77.393,24, e não no importe de R\$ 205.140,27, sem prejuízo do embargado poder ajuizar ação de cobrança (processo de conhecimento) relativamente ao importe de R\$ 31.357,00 relacionado às operações de desconto de cheques. Os diversos anexos (fls. 245/320) permitiram identificar o valor líquido da execução. O perito apresentou também como opção de cálculo o constante da planilha de fls. 318/319. Contudo, o valor ali apurado (R\$ 41.903,84) resultou da eliminação do critério da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Referido critério, qual seja, o da capitalização mensal, foi reconhecido pertinente para a espécie.

Com efeito, a capitalização mensal dos juros remuneratórios tem previsão expressa no contrato exequendo, daí a sua exigibilidade. Nesse sentido o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, no REsp 973.827, julgado segundo o rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CPC): "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da MP nº 1963-17/2000 (em vigor como MP 2170-36/2001), desde que expressamente pactuada." No mesmo julgamento, foi firmada a seguinte tese para os efeitos do art. 543-C, do CPC: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anal superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada."

JULGO PROCEDENTES EM PARTE os embargos à execução para reconhecer os excessos de encargos remuneratórios e moratórios aplicados pelo embargado e feito o expurgo dos excessos nos moldes especificados na inicial, impõe-se o reconhecimento de que os embargantes devem para o embargado o valor de R\$ 77.393,24, incidindo sobre esse valor, em continuidade ao cálculo levado a efeito pelo perito (fls. 318/319), correção monetária pela Tabela Prática adotada pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, juros de mora de 1% ao mês. O embargado sucumbiu na maior porção do litígio, por isso pagará honorários advocatícios aos embargantes da ordem de 10% sobre a diferença entre o valor da execução e o valor do débito ora reconhecido. Custas e despesas processuais: 4/5 a cargo do embargado e 1/5 a cargo dos embargantes.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA